



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
Estado de São Paulo



Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Comissão de Seleção para o Edital de Chamamento Público nº01/2023

Conforme Portaria nº 01/GAB de 09/01/2023

PAUTA:

1. Constituem objeto deste chamamento público a recepção, credenciamento ou seleção de Planos de Trabalho, ou seja, propostas técnicas de Organizações da Sociedade Civil (OSC), sem fins lucrativos, visando celebração de **TERMO DE COLABORAÇÃO** para a consecução de finalidades de interesse público de Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social; Programas Socioassistenciais;

2. Análise do Plano de Trabalho e da Documentação apresentada pelas OSC's à Comissão de Seleção, em reuniões no período de 15 a 16 de fevereiro de 2023.

Organização: **ABESC – Associação Beneficente Soldados de Cristo**

Objeto: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos

DA PROPOSTA:

Programa Parceria Cidadã – Caçapava

Em reuniões realizadas de 15/02/2023 a 16/02/2023 na sala de reunião localizada na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, sito à Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta – Caçapava. Com o objetivo de deliberar sobre a seleção e classificação das propostas apresentadas ao edital 01/2023. A partir de então a Comissão de Seleção, delegada pela Portaria nº 01/GAB de 09/01/2023, direcionada para análise das parcerias firmadas entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil.

Em análise da proposta apresentada pelas OSC's, a Comissão de Seleção decidiu, com fundamento no item 8.6.

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta - Caçapava - SP
CEP 12282-400 /Tel. (12) 3655-6191 – diretoria.vigilancia@cacapava.sp.gov.br





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
Estado de São Paulo



Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

REQUISITOS	FORMAS DE COMPROVAÇÕES	METODOLOGIA DE PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO
1. Possuir equipamentos, mobiliários e eletrodomésticos em condições de uso ao objeto.	Apresentar relação que identifique o patrimônio em quantidades suficientes, em relação ao objeto podendo ser comprovada mediante visita ao local, se necessário.	Grau pleno de atendimento: 4 pontos Grau satisfatório de atendimento: 2 pontos Grau insatisfatório ou não atendimento: 0 ponto	04
2. Comprovar que possui estrutura física para o desenvolvimento do objeto em condições satisfatório	Apresentar comprobatório através de: escritura, cessão, locação e alvará de funcionamento da prefeitura.	Grau pleno de atendimento: 4 pontos Grau satisfatório de atendimento: 2 pontos Grau insatisfatório ou não atendimento: 0 ponto	04
3. Detalhamento do objeto (Serviço, Programa ou Benefício)	Se a Instituição ou organização apresenta clareza e coerência no detalhamento do objeto. (Item averiguado no Plano de Trabalho apresentado).	Grau pleno de atendimento: 4 pontos Grau satisfatório de atendimento: 2 pontos Grau insatisfatório ou não atendimento: 0 ponto	02
4. Descrição das metas, indicadores e meios de verificação.	Se a Instituição ou Organização apresenta clareza e coerência no detalhamento do item monitoramento e avaliação no Plano de Trabalho apresentado.	Grau pleno de atendimento: 4 pontos Grau satisfatório de atendimento: 2 pontos Grau insatisfatório ou não atendimento: 0 ponto	04
5. Recursos Humanos	Para o Plano de Trabalho que apresentar o quadro de recursos humanos de acordo com as exigências da equipe de Referência e com vínculos de trabalho não precarizados.	Grau pleno de atendimento: 4 pontos Grau satisfatório de atendimento: 2 pontos Grau insatisfatório ou não atendimento: 0 ponto	04
	Outros Profissionais além da equipe de referência, compatíveis com a execução do trabalho (contrapartida da OSC)	Grau satisfatório de atendimento: 2 pontos Grau insatisfatório ou não atendimento: 0 ponto	02
6. Sustentabilidade Técnica	Atende plenamente os princípios norteadores das normativas de assistência Social, como os parâmetros para funcionamento, capacidade de planejamento e avaliação de suas atividades.	Grau pleno de atendimento: 4 pontos Grau satisfatório de atendimento: 2 pontos Grau insatisfatório ou não atendimento: 0 ponto	04
7. Sustentabilidade Financeira	A instituição ou organização apresenta disponibilidade de recursos próprios para a execução do objeto. (Apresentar balanço patrimonial da entidade do ano anterior)	20% a 30% - Grau pleno de atendimento 4 pontos 10% a 20% - Grau satisfatório de atendimento: 2 pontos Grau insatisfatório ou não atendimento: 0 ponto 0%	04
TOTAL DE PONTOS			28

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta - Caçapava - SP
CEP 12282-400 /Tel. (12) 3655-6191 – diretoria.vigilancia@cacapava.sp.gov.br





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
Estado de São Paulo



Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

PARA FINS DE CELEBRAÇÃO – DOCUMENTAÇÕES

	DOCUMENTO	STATUS
1	Plano de Trabalho	CONSTA
2	Certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária de contribuições e de dívida ativa municipal, estadual e federal.	CONSTA
3	Certidão de Regularização com FGTS	CONSTA
4	Certidão de Regularidade com o INSS	CONSTA
5	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	CONSTA
6	Certidão Negativa de Débitos Mobiliários Municipal	CONSTA
7	Cartão CNPJ	CONSTA
8	Estatuto Social	CONSTA
9	Cópia da Ata Atualizada	CONSTA
10	Relação Nominal Atualizada dos Dirigentes	CONSTA
11	Comprovante de Endereço	CONSTA
12	Comprovante de Inscrição no CMAS	CONSTA
13	Possuir Estrutura Física para Execução dos Serviços	CONSTA
14	Balanço Patrimonial ou Balancete Contábil	CONSTA

PARA FINS DE CELEBRAÇÃO – DECLARAÇÕES

	DECLARAÇÕES	STATUS
1	Que não emprega em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, ressalvando nas condições de aprendiz, conforme determina o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;	CONSTA
2	Que na Diretoria não há agente político ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o segundo grau;	CONSTA
3	Que a organização não foi punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade. a Não estar suspensa de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração; b Não estar declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração pública; c Não estar suspensa temporariamente da participação em chamamento público e impedida de celebrar termos de COLABORAÇÃO, termos de colaboração, convênios e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos. d Não estar declarada inidônea para participar em chamamento público ou celebrar termos de COLABORAÇÃO, termos de colaboração, convênios e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada prevista no inciso III do art. 73 da Lei 13.019/2014;	CONSTA
	Que não tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;	
	Que não possui entre seus dirigentes pessoas: a Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;	
	b Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão	

Rua Alberto Pinto de Faria, 290 – Jardim Julieta - Caçapava - SP
CEP 12282-400 /Tel. (12) 3655-6191 – diretoria.vigilancia@cacapava.sp.gov.br





MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
Estado de São Paulo



Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

	ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;	
	C Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992;	
4	Que não haverá contratação ou remuneração a qualquer título, pela entidade, com recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até segundo grau, em linha reta, colateral, ou por afinidades.	CONSTA
5	Que declare sobre instalações e condições materiais, em conformidade com o art. 33, <i>caput</i> , inciso V, alínea "c", da Lei Federal nº 13.019/2014;	CONSTA
6	Que conste os números das Contas Bancárias da entidade, nas esferas municipal, estadual e federal, quando houver.	CONSTA

Conforme análise, faz-se a presente publicação do resultado preliminar, cuja complementação de documentos ou a sua negativa em fazer, poderá implicar na alteração do resultado a ser divulgado.

Declara a comissão que está aberto o prazo de recurso, sendo necessário adequar o número de vagas a proposta no edital, o que deve acarretar mudanças no plano de aplicação e cronograma de desembolso.

Eu Letícia Bueno, na condição de secretária, redigi esta Ata em que após lida segue assinada por todos os membros presentes.

Caçapava 16 de fevereiro de 2023

Nome	Assinatura
Elisabete de Lima dos Santos	
Érica Santos Oliveira Silva	
Letícia Aparecida Bueno	
Márcia Lino Moreira	
Rosângela Leite	

